



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS  
ASSESSORIA TÉCNICA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº. 003/2022**

**Referencia: PL nº. 18166/2020**

**Autor: Ex-Vereador Fábio Braga**

**Ementa: Declara de Utilidade Pública o Instituto Cidades Invisíveis**

**Senhores Membros da CCJ,**

**Do objeto**

Trata a presente instrução de analisar aspectos da redação final do Projeto de Lei n. 18166/2020, de autoria do Ex-Vereador Fábio Braga, que Declara de Utilidade Pública o Instituto Cidades Invisíveis.

**Da análise**

Observa-se que a matéria foi aprovada em dois turnos de votação, sem emenda e em redação final *ad referendum* da Comissão de Constituição e Justiça.

Sendo assim, compete apontar se a matéria está apta a redigir conforme o vencido ou se existem correções a serem procedidas de boa técnica legislativa, nos termos dos art. 145 a 150 do Regimento Interno desta Casa, da Lei Complementar Federal nº. 95, de 1998, da Lei Complementar Estadual nº. 589, de 2013 e da Lei Complementar Municipal nº. 631/2018, quanto à redação clara, precisa e com ordem lógica, ou ainda no que diga respeito a outras exigências.

**Da Instrução**

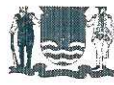
Da sua análise e procedida a devida revisão redacional, esta Assessoria opina pelo texto definitivo do Projeto na forma deliberada pelo Plenário, conforme redação final em anexo.

À consideração dos Senhores Membros da CCJ.  
É a instrução.

Câmara Municipal de Florianópolis, em 11 de fevereiro de 2022.

**AMAURI OSCAR ANGELO**

Assessor da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS  
DIRETORIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI N. 18.166, DE 2020

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA

O Povo de Florianópolis, por seus representantes,  
aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Cidades Invisíveis, entidade civil, sem fins econômicos, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º À referida entidade, ficam assegurados todos os direitos e todas as vantagens previstos em lei.

Art. 3º Para o devido controle e sob pena de revogação desta Lei, a entidade deverá encaminhar anualmente à Câmara Municipal de Florianópolis, até 30 de junho do exercício subsequente, os seguintes documentos:

- I – relatório anual de atividades;
- II – declaração de que permanecem cumpridos os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III – cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver;
- IV – balancete contábil; e
- V – ficha cadastral atualizada.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo impedirá a entidade de receber auxílio ou subvenção do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Florianópolis, em

Vereador Roberto Katumi Oda  
Presidente



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

PROJETO DE LEI N°. 18166, DE 2020  
PARECER - REDAÇÃO FINAL

**Referencia:** PL n°. 18166/2020

**Autor:** Ex-Vereador Fábio Braga

**Ementa:** Declara de Utilidade Pública o Instituto Cidades Invisíveis

Trata-se do Projeto de Lei n. 18166/2020, de autoria do Ex-Vereador Fábio Braga, que Declara de Utilidade Pública o Instituto Cidades Invisíveis.

A Assessoria Técnica da Comissão de Constituição e Justiça, em Instrução Técnica n. 003/2022, relata que a matéria foi aprovada em dois turnos de votação, sem emenda e em redação final *ad referendum* da Comissão de Constituição e Justiça.

Realizada a devida revisão redacional, voto pelo referendo da Redação Final na forma deliberada pelo Plenário, conforme texto em anexo.

Sala das Comissões, em 11 de fevereiro de 2022.



**Vereador Gabriel Meurer**  
**Relator**